

ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Defende o PSDB; reporta-se ao Poder Judiciário em Joinville.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda o plano diretor completo de prevenção às cheias na Bacia do Rio Itajaí-Açu.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Manifesta-se a respeito da Guerra do Contestado.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à Lei Maria da Penha.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Defende a duplicação da BR-280.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Cumprimenta as escolas de samba de Florianópolis.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Condena os problemas na duplicação da BR-101 sul.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se ao problema das cheias; aprova mudanças adotadas na Lei Maria da Penha; reporta-se ao projeto do adicional de permanência para a Polícia Civil e o IGP.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aborda a Campanha da Fraternidade 2012.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Posiciona-se a respeito da economia catarinense.

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALMIR COMIN - Destaca o projeto para a redistribuição de gás.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a decisão do Supremo com relação à Lei da Ficha Limpa.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se ao problema dos abandonados pela Marfrig, de Jaraguá do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vou tecer alguns comentários aqui que, certamente, também deverão ser ratificados e feitos, de maneira mais objetiva e clara, pelo do nosso líder, deputado Dado Cherem.

Temos lido na imprensa algumas considerações relacionadas ao PSDB dando conta de que este partido está com dificuldades de relacionamento com o governo do estado e que num futuro não muito distante o PSDB estaria se descolando da base do governo etc.

Temos lido sobre esse assunto em algumas colunas e escutado depoimentos que, lamentavelmente, não vem de pessoas que são da bancada do PSDB, o que causa, não apenas a este deputado, mas aos deputados da bancada do PSDB que fazem parte da base do governo, certo constrangimento, porque dá a impressão de que o PSDB, quando está com o governador ou quando está em atividade nesta Casa, tem uma postura e por trás tem outra, dando a impressão de que tem duas caras, quando, na verdade, não é isso que acontece com o nosso partido.

Não quero me referir ao partido, mas a bancada dos deputados participou de uma reunião com o governador, uma reunião extremamente amistosa, tranquila, de entendimentos, quando inclusive houve conversas com membros da nossa bancada, com o nosso líder, num perfeito e tranquilo entendimento quanto às substituições ou trocas de nomes que aconteceram no governo.

Então, não vejo qualquer tipo de estremecimento da bancada estadual do PSDB com o governo do estado, muito pelo contrário, estamos procurando nos aperfeiçoar, estar junto do governador, e este deputado, que é do norte de Santa Catarina, na última reunião com o governador fez questão, inclusive, de acentuar, ou melhor, de deixar bem claro o nosso sentimento de gratidão a ele, especialmente porque tem ido ao norte com muita frequência, atendendo à população, procurando ouvir as reivindicações e fazendo o possível pela região.

Portanto, encerro esse assunto porque isso cabe ao nosso líder da bancada no horário destinado aos Partidos Políticos, pois precisamos de um esclarecimento definitivo com relação a esse diz que me disse que acompanhamos pela imprensa.

Quero ater-me, sr. presidente, nos últimos minutos que me restam, a uma reivindicação que estou encaminhando, através desta Casa, ao Poder Judiciário, dando conta do início de uma campanha, em Joinville, organizada pelos advogados, estudantes de Direito, juízes, promotores de Justiça, procuradores de Justiça, na busca por um aumento imediato do efetivo da Justiça estadual em Joinville.

Todos da área do Direito sabem que a situação no Fórum de Joinville é caótica, em função do baixo número de técnicos judiciários, funcionários do Fórum de Joinville, que movimentam os processos judiciais, pois foram instaladas novas varas no final do ano passado, mas não houve novas contratações.

Muitos dos senhores devem saber que há quase 600 mil habitantes na cidade de Joinville e que tramita cerca de 220 mil processos, o equivalente a 11% de um total de dois milhões de processos que tramitam em todo o Poder Judiciário de Santa Catarina.

Trata-se de uma cidade pujante, com atividade comercial que favorece a judicialização de um sem números de causas complexas. Pensando nisso o Tribunal de Justiça de Santa Catarina aumentou o número de varas, a pedido também da própria comunidade, e de juízes que atuam em Joinville. Portanto, aumentou o número de varas, o número de juízes, o que veio em boa hora, porque já era um pedido muito antigo, mas o que acabou complicando é que agora temos as varas, os juízes, mas temos o mesmo número de funcionários, os técnicos judiciários. E o que vemos no Fórum hoje é uma grande deficiência nas decisões judiciais, justamente pela falta de mais funcionários, neste caso, dos técnicos judiciários.

Estamos fazendo um apelo, através de uma indicação desta Casa, para que tenhamos um número maior de funcionários, pelo menos 15 novos servidores para Joinville, que com certeza já viriam ao encontro das nossas necessidades e dariam vazão aos processos. Há varas em Joinville em que a tramitação de um processo demora, por

falta de funcionário, desde o despacho do juiz até a intimação das partes para dar sequência no processo, até um ano. E isso por conta do número exíguo de funcionários ou de técnicos judiciários.

Então, estamos fazendo esse apelo, mas não apenas na tribuna, mas vamos iremos protocolar, através desta Casa, uma indicação solicitando ao Poder Judiciário a contratação de técnicos judiciários para o Fórum de Joinville, porque já tivemos o aumento do número de varas, de juízes, mas precisamos agora completar esse atendimento com, pelo menos, 15 técnicos judiciários para a nossa cidade. Dessa forma, teríamos atendido aos pleitos dos juízes, dos advogados, dos promotores de Justiça, dos procuradores, enfim, de todos que atuam nessa área.

Desejo que esta Casa continue trabalhando e atendendo aos anseios da comunidade nesta nova etapa pós-Carnaval. E hoje, para minha surpresa, estamos com um número bastante grande de deputados, que estão na Casa já prontos para o trabalho.

Era isso que eu queria dizer, sr. presidente!
Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Ana Paula Lima.

Gostaria de registrar com satisfação, nesta tarde, à comunidade catarinense que o sr. governador assinará e tornará público o plano diretor de prevenção de cheias para o vale do Itajaí.

Hoje, a partir das 16h o governador fará esse anúncio aqui na capital; amanhã, em Itajaí e Blumenau, a partir das 18h30, no Teatro Carlos Gomes; e na sexta-feira, na cidade de Rio do Sul.

É de grande importância este ato para os moradores do vale do Itajaí não apenas na perspectiva histórica, mas, sobretudo, pela

questão de segurança e de economia. Serão dois editais firmados a partir da tarde de hoje, compreendendo, como disse, o plano diretor completo de prevenção às cheias na Bacia do rio Itajaí-Açu.

Dois projetos de engenharia que abrangem 53 municípios de Santa Catarina e que abrangem desde as barragens de Taió e de Ituporanga, compreendendo também a comporta do rio Itajaí-Mirim, passando pela questão do radar meteorológico, que será capaz de informar qual cidade será mais atingida em até três horas de antecedência, além de mapear as áreas de risco de inundações e de escorregamentos.

São ações que envolvem um considerável valor orçamentário. Na sua primeira etapa o investimento será de R\$ 135 milhões por parte do governo do estado, lembrando que o projeto, na sua totalidade, poderá chegar a R\$ 2 bilhões, considerando-se o canal extravasor.

O projeto de prevenção foi elaborado pelos técnicos da Agência de Cooperação Internacional, JICA, apresentado, inclusive, nesta Casa, em setembro do ano passado, através da Defesa Civil do estado, e finalmente sai do papel e começa a tornar-se uma realidade a partir da tarde de hoje, com essas obras e medidas traçadas que poderão evitar estragos causados pelas sucessivas enchentes no vale do Itajaí.

Gostaria de compartilhar com os telespectadores, com os nossos radiouvintes e com os membros deste Parlamento um pouco desse plano, um pouco desse projeto, como disse, firmado a partir desta tarde, sendo anunciado e oficializado à sociedade catarinense, que compreende algumas ações.

(Passa a ler.)

“Entre elas destaco:

- O sistema de monitoramento;

- Alerta e alarme da bacia do rio Itajaí.

- Sobrelevação das barragens de Taió e de Ituporanga, aumentando em torno de dois metros a sua elevação;

- Medidas de prevenção de escorregamentos em rodovias;

- Construção de comportas no rio Itajaí-Mirim, que vai beneficiar muito a população de Itajaí e de Navegantes;

- Construção de sete barragens de pequeno porte;

- Construção de uma barragem de médio porte no rio Itajaí-Mirim;

- Obras de melhoramentos os canais dos rios Taió, em Rio do Sul, Timbó, Ilhota, e em Blumenau;

- Obras de melhoramentos nos canais dos ribeirões Garcia e Velha, em Blumenau;

- Construção do canal extravasor no Rio Itajaí-Açu, num estágio derradeiro.

As oito novas barragens serão assim distribuídas:

- Duas barragens sobre o rio Trombudo - capacidade para 11 milhões de m³;

- Barragem sobre o rio Braço do Trombudo (Braço do Trombudo) - 4,4 milhões de m³;

- Duas barragens sobre o rio das Pombas (Pouso Redondo) - 11,9 milhões de m³;

- Barragem sobre o rio Taió (Mirim-Doce) - 6,6 milhões de m³;

- Barragem sobre o rio Perimbó (Petrolândia) - 7 milhões de m³;

- Barragem sobre o rio Itajaí-Mirim (Botuverá) - 15,7 milhões de m³."

Lembrando ainda que o projeto vai começar com a sobrelevação das barragens já nos próximos dias, que aumentará de dois para quatro metros a barragem oeste, em Taió, e a barragem sul, em Ituporanga. A capacidade da primeira será 19,5% maior no armazenamento do reservatório, e a barragem sul, 18,3%. Uma obra estimada em R\$ 33 milhões.

É importante também destacar a questão do radar meteorológico, sobretudo para nós que somos moradores do vale do rio Itajaí-Açu. Esse equipamento vai, como disse, conseguir provisionar de curto prazo com até três horas de antecedência dos eventos adversos. E a área de cobertura é de 200km com área de vigilância de até 400km.

Lembramos também a construção de comportas no rio Itajaí-Mirim; comportas de regulação, que controlarão a vazão afluente proveniente do montante - local do rio que se situam antes das comportas -, mantendo a vazão dentro da capacidade de escoamento. Elas também protegerão dos efeitos do refluxo proveniente da jusante - parte do rio que se situa depois das comportas - durante picos de enchente. O custo é de R\$ 94 milhões.

Para completar essa série de iniciativas e de obras que, de forma definitiva, começam a ser elaboradas e construídas, agora já com o projeto devidamente aprovado, faltando, como disse, apenas o canal extravasor, que deverá liberar um volume significativo da água do rio Itajaí indo provavelmente numa extensão de 30km na direção Blumenau/litoral, ou Penha ou Navegantes ou mesmo na cidade Itajaí...

É um projeto, como disse, com uma proposta final de R\$ 2 bilhões. Mas o importante é que o governo do estado tomou a iniciativa, e já com recursos próprios começa as obras no valor de R\$ 135 milhões anunciadas nesta tarde.

Amanhã teremos o anúncio, no vale do Itajaí, e aproveito a oportunidade para reforçar o convite para esse evento que contará com a presença do governador, a partir das 18h30, no teatro Carlos Gomes, quando de fato o plano diretor de prevenção de cheias será detalhado a todo o vale do Itajaí e a todos nós catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, comunidade catarinense, na semana anterior fiz menção à Guerra do Contestado. Hoje, quero relembrar um pouco esse assunto e falar aos catarinenses sobre o projeto que objetiva a volta do funcionamento da ferrovia, que vai de Mafra a Porto União.

A guerra do Contestado, como todos vocês sabem, ocorreu de 1912 a 1916. Foi uma guerra que mobilizou muita gente. Houve 10.000 mortos, menos do que na guerra dos Canudos, em que houve 5.000 mortos.

Essa guerra aconteceu no Planalto Norte, e nós deputados estaduais, na legislatura passada, fizemos uma importante lei relativa à Bandeira do Contestado. A bandeira do contestado é diferente porque a empunhavam para a luta. Ela é branca com uma cruz verde. Na verdade tornou-se o símbolo da guerra do Contestado. E há uma segunda lei relativa à Semana do Contestado, do dia 22 a 29 de outubro. Então, devo aprofundar-me no assunto mais detalhadamente no mês de outubro, quando comemoramos a Semana do Contestado. Deveremos lembrar os fatos da história, a história de Santa Catarina, do Planalto Norte, dos canoenses e de todos os municípios que fizeram parte dessa guerra.

Nós temos uma audiência marcada em Curitiba na ALL, para vermos a possibilidade da volta do tráfego de três locomotivas na região que corresponde a Mafra, Três Barras, Canoinhas, Irineópolis e Porto União. São cinco municípios que estão sem movimentação ferroviária há mais de 15 anos. Precisamos trazer de volta a movimentação ferroviária nesses cinco municípios. A ALL - América Latina Logística - detém a seção de uso da antiga rede rodoviária federal, que hoje está deixada de lado na região de Mafra a Porto União. Nós queremos que a ALL participe da movimentação ferroviária nesse ramal entre Mafra e Porto União. Vamos conversar sobre a possibilidade de fazer com que o tráfego de trens volte a funcionar nesses municípios. Temos certeza de que o Planalto Norte, com todos os prefeitos e todos os municípios envolvidos, fará, sim, uma grande pressão junto à ALL, para que possamos ter a volta do trem na nossa ferrovia, que foi deixada de lado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Queria parabenizar v.exa., pois vejo como importante essa questão para o estado, uma vez que a união já tem adotado alguns projetos de recuperação e até de ampliação da rede ferroviária, como a norte/sul, planejada e já em execução e o projeto da chamada ferrovia Bioceânica, que vai do porto de Itajaí até o Chile, que já está planejada pelo governo federal até Chapecó, no estado de Santa Catarina. Inclusive, no oeste, existe um trabalho para que ele passe por São Miguel, Dionísio Cerqueira, saindo para Bernardo de Irigoyen.

Então, é muito importante que o governo federal, com essa visão que tem tido de futuro, invista em ferrovias. As ferrovias catarinenses foram muito importantes e podem voltar a ser. Nós temos visto o caos generalizado nas rodovias, e as ferrovias são a grande solução.

Eu lembro, com saudosismo, quando meu pai produzia aqueles arreamentos, em Canoinhas, e íamos de trem de Marcílio Dias a Porto União, para fazer a venda. Então a ferrovia ajudou a desbravar o estado e vejo também como uma grande solução para o futuro.

Parabenizo v.exa. pela defesa desse sistema de transporte.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço, deputado Maurício Eskudlark, porque realmente a ferrovia, não somente as no estado de Santa Catarina, mas as do Brasil, estão sendo deixadas de lado. Precisamos inverter esse processo e fazer com que o governo federal execute os projetos das ferrovias, principalmente neste estado, nas regiões de Chapecó, Dionísio Cerqueira e São Miguel D'Oeste.

Eu acredito que as ferrovias têm que ser mais bem atendidas pelo governo federal. Estaremos indo até a empresa que detém a concessão e gerencia a antiga rede ferroviária federal. Nós queremos a possibilidade de ter de volta o trânsito de trens regularmente em nossa região. Hoje, o *pinus*, o eucalipto, a soja e os cereais podem muito bem ser transportados por trem até o porto de São Francisco do Sul para serem exportados.

Essa primeira visita que vamos fazer a ALL deve gerar várias audiências públicas, sr. presidente, v.exa. que é de Caçador e também se interessa por ferrovias, na região do Contestado, para que possamos mostrar ao governo federal, aos municípios e ao governo estadual que temos condições de fazer com que as ferrovias sejam olhadas de maneira diferente no estado de Santa Catarina, mais precisamente na região dos cinco municípios que citei: Mafra, Três Barras, Canoinhas, Irineópolis e Porto União, pois estão com suas linhas interrompidas pelo mato que a ALL deixou de retirar, pela troca de trilho, porque levam os trilhos bons e deixam os usados.

Temos que fazer com que a nossa ferrovia comece a ser lembrada, ser respeitada e ser olhada de forma diferente. Isso vai começar a acontecer com essa grande visita a Curitiba, na semana que vem, quando teremos o primeiro contato com a ALL para que façamos, talvez, até em conjunto com o governo federal, estadual, com esses municípios.

Penso que têm empresas importantes como a Rigesa, a Milli e outras indústrias de Porto União e Mafra que têm interesse para que se faça funcionar novamente a ferrovia.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

A próxima oradora inscrita é a deputada Ana Paula Lima por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Boa-tarde aos colegas parlamentares, às pessoas que nos acompanham pela TVAL e também pela Rádio Alesc Digital, nesta quarta-feira após o Carnaval e início da Quaresma, deputado Padre Pedro Baldissera.

Falarei, nesta tarde, srs. parlamentares e público catarinense, de uma notícia que aguardávamos há muito tempo e por muitos anos. Muitas mulheres e homens lutaram para que isso acontecesse. E pela sensibilidade do presidente Lula, no ano de 2006, deu-se início a implementação e aprovação da Lei Maria da Penha.

Eu falo da Lei Maria da Penha porque ainda é preciso, em alguns estados, que seja respeitada, bem como implementadas algumas outras ações de proteção às mulheres vítimas de violência.

Após quase seis anos da promulgação da Lei Maria da Penha, finalmente ela é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como constitucional. Havia dúvidas, havia recursos e, graças a Deus, agora essa lei foi reconhecida pelo STF. Essa lei que tornou crime a violência contra a mulher nos seus diferentes espectros para além da violência física, abrangendo a violência doméstica, a violência psicológica, a violência patrimonial e também a violência sexual, finalmente foi reconhecida como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Rompeu-se com a visão de que a violência é de natureza privada, e passamos agora a tratar a violência doméstica como uma questão pública. Explicando melhor, srs. parlamentares, a Lei Maria da Penha teve sua gênese nos movimentos feministas que não admitiam mais que a violência contra a mulher fosse tratada como um delito menor, de pequeno potencial ofensivo, cuja punição ao agressor consistia apenas na doação de cestas básicas. Com a Lei Maria da Penha, a questão da violência doméstica rompeu esse paradigma de ser questão apenas de responsabilidade privada, acabando com jargões populares como: "Em briga de marido e mulher não se mete a colher".

Através da decisão do Supremo Tribunal Federal, a violência passa a ser tratada hoje como questão de saúde e como questão de segurança pública. Assim, passa a ser agora responsabilidade de todos, sendo que a denúncia poderá ser feita por qualquer cidadão. E qualquer cidadão ou cidadã que presenciar uma situação de violência contra a mulher poderá se dirigir à delegacia ou ao ministério e apresentar uma denúncia mesmo contra a vontade da mulher agredida.

Vivemos, então, neste último dia 9 de fevereiro, um momento histórico para as mulheres e homens que lutaram há vários anos por um mundo com mais justiça, por um mundo com mais igualdade.

Estivemos presente também nesta data, na noite anterior, quando o Supremo Tribunal Federal decidia a constitucionalidade da lei, e tomava posse na manhã seguinte a nova ministra de Políticas Públicas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, juntamente com a presidenta Dilma Rousseff, com a ex-secretária de Políticas Públicas para as Mulheres, Iriny Lopes. Houve discursos emocionantes ao festejarmos naquela ocasião, com outras centenas de mulheres no Palácio do Planalto, essa decisão do Supremo Tribunal Federal. Foi o reconhecimento da constitucionalidade da lei, e convém destacar a frase do ministro Ayres Britto: "O grau de civilização de um povo se mede pelo grau de proteção à mulher".

Desta feita, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da Lei Maria da Penha e eliminou a representatividade da vítima em processo criminal contra o agressor.

Para inferir cito ainda outro ministro que se utilizou da máxima de Rui Barbosa: "Não podemos tratar com igualdade os desiguais na medida da sua desigualdade." E afirmou com o seu voto que é preciso promover um avanço social e cultural para frear a violência doméstica e para diminuir as vergonhosas estatísticas que fazem parte do nosso cotidiano. Infelizmente, ainda, as mulheres precisam de uma legislação para se proteger.

Para concluir, conclamo todos os parlamentares deste estado a efetiva implantação da Lei Maria da Penha, com delegacias especializadas, porque faltam ainda inúmeras, dezenas, no estado. Não há um número suficiente de profissionais capacitados para atender a essas mulheres que já estão fragilizadas pela denúncia, e elas precisam ser tratadas diferentemente. Precisamos também da construção de casas abrigo e de outros equipamentos sociais. O que temos não é suficiente, infelizmente. É vergonhoso o número de casas abrigo que há no estado de Santa Catarina. E de uma vez por todas precisamos também de centros de referência de atendimento às mulheres e crianças. Há um na cidade de Rio do Sul, mas

infelizmente ainda não foi aberto para atendimento dessas mulheres.

Eu, como representante da bancada feminina desta Casa, juntamente com as deputadas Angela Albino, Luciane Carminatti, Dirce Heiderscheidt, coloquei essas questões no Plano Plurianual e também na LOA, e tivemos a aprovação numa sessão plenária no ano passado, nesta Casa. Agora esperamos que esses recursos sejam destinados a essa questão. Contudo, nós temos que monitorar, fiscalizar, para que sejam executadas, garantindo às mulheres catarinenses o exercício dos seus direitos.

É somente isso que pedimos, ou seja, que o governo do estado implemente os nossos direitos.

Quero dar os parabéns ao Supremo Tribunal Federal pelas suas últimas decisões, que trazem alento e vislumbram vivermos num país onde homens e mulheres respeitem-se e construam um caminho de vida mais digno, um caminho sem violência.

Quando extinguirmos a violência contra as mulheres, certamente teremos um mundo melhor, um mundo de paz, porque as mulheres como os homens são detentores da vida.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, vivenciamos, nos últimos dias, especialmente agora na época do Carnaval, o sufoco, a angústia que passam as pessoas que tentam acessar às praias da região de Joinville: Barra do Sul, Ervino, Enseada, Ubatuba, Capri. Enfim, todas as pessoas que de alguma forma tentam acessar as praias ou chegar em São Francisco do Sul acabam tendo dificuldades homéricas por conta do problema da não duplicação da nossa BR-280.

Eu gostaria de saber se o deputado Dado Cherem gostaria de utilizar alguns minutos do horário destinado ao partido.

(O deputado manifesta-se fora do microfone.)

Ok, deputado!

Dando sequência ao meu pensamento, sr. presidente.

Nós, apenas para efeito de registro e de esclarecimento, principalmente as pessoas que acompanham a TVAL, estamos atentos, não somente este deputado, como também os deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos, que fazem o trio da cidade de Joinville, estamos o tempo inteiro procurando, de alguma forma, achar a solução para o problema, através de pressão política ao governo federal, no sentido de que seja duplicada a BR-280.

Em que pese o ministro dos Transportes e também outras autoridades entenderem de que as máquinas irão roncar antes de 2013, entendo que essas máquinas irão somente roncar, na verdade, no ano que vem. Por isso vejo com muito ceticismo a possibilidade de começar as obras de duplicação ainda este ano. Assim sendo, as obras de duplicação da BR-280 serão iniciadas, provavelmente, no primeiro ou no segundo semestre do ano que vem, estendendo-se até meados de 2018. Isso quer dizer que teremos, além dos problemas normais de trânsito, de congestionamento, muito mais problemas por conta da duplicação.

Srs. deputados, a última vez que a bancada do PSDB esteve reunida com o sr. governador, tive a oportunidade de pedir pessoalmente a ele, coisa que já fizemos por escrito, que viabilizasse, de alguma forma, o asfaltamento da estrada do Rio do Morro. Essa estrada dá acesso a Joinville através de Araquari e desafoga de forma bastante interessante o trânsito que dá acesso à BR-101 e a Joinville pelo Itinga. Há também outra possibilidade, esse é o entendimento dos deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos, que é o asfaltamento daquela rodovia da Barra do Sul que dá acesso à BR-101, que faz parte daquele projeto da rodovia Costa do Encanto, da época do então governador Luiz Henrique da Silveira.

O projeto que existe é apenas e tão somente a sensibilização e, naturalmente, a forma de encontrar a verba para que seja feita aquela rodovia. São duas rodovias extremamente necessárias e que se fazem urgentes por conta do início da duplicação da BR-280. A partir do momento em que forem iniciados os trabalhos de duplicação daquela rodovia, se já temos problemas para acesso a essas praias, acesso a São Francisco do Sul, às cidades de Barra do Sul e Araquari, ocorrerá um verdadeiro caos. Mas se conseguirmos agilizar o asfaltamento da estrada do Rio do Morro e também parte do asfaltamento da rodovia da Costa do Encanto, que é da Barra do Sul até a BR-101, com certeza absoluta irá diminuir esse problema, pelo menos, em 50%

Esse era o registro que gostaria de fazer. Mas também vamos sensibilizar, de maneira expressa, naturalmente com a assinatura desse nosso pedido, do pedido dos deputados Kennedy e Darci de Matos, o sr. governador do estado, que tem sido parceiro de Joinville, amigo da comunidade joinvilense, tem estado presente em Joinville. Ele vai atender, tenho certeza absoluta, a mais essa reivindicação da nossa região.

Era isso que tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, quero cumprimentar todos por estarem aqui trabalhando na Assembleia Legislativa, depois do Carnaval, com quórum pronto para votar. Isso é muito importante. E hoje, pela manhã, alguém me dizia que não viesse para a Assembleia porque não haveria quórum. Mas observo

o pessoal todo aqui cumprindo com as suas obrigações.

Sr. presidente e nobres deputados, quero fazer referência ao Carnaval de Florianópolis. Primeiramente, deputado Sargento Amauri Soares, desejo cumprimentar a Polícia Militar de Santa Catarina, que muito bem v.exa. representa nesta Casa. Foi um Carnaval tranquilo, pacífico e um dos com o menor índice de violência em Florianópolis e, até posso dizer, em Santa Catarina.

Eu, que participei olhando os blocos dos sujeitos na rua e os desfiles das escolas de samba, posso dizer que foi um Carnaval tranquilo, e isso é muito bom, porque no ano passado tivemos mais incidentes. É bem verdade que foram casos isolados de violência, mas que tiveram repercussão internacional, principalmente nos países vizinhos do Uruguai, da Argentina e do Chile, que envolveram moradores desses países que compõem o Mercosul.

Também, sr. presidente, quero enviar um abraço à diretoria da escola União da Ilha da Magia, da Lagoa da Conceição. Há quatro anos, existia um bloco na Lagoa e a gurizada resolveu fazer uma escola de samba. Eu, particularmente, fui um que, deputado Kennedy Nunes, não acreditou muito, pois achava que eles estavam loucos em fazer uma escola de samba com meia dúzia de animados. Mas montaram a escola de samba e já no primeiro ano ela ficou em quarto lugar no Carnaval; no segundo ano conquistou o segundo lugar e no terceiro e quarto ano viraram campeões de Florianópolis, fazendo uma homenagem a Cuba no ano passado e neste ano à Itália. Eu espero que no ano que vem façam uma homenagem, quem sabe, aos manezinhos da ilha de Santa Catarina. E se eles continuarem a escolher temas importantes, um bom samba enredo, com uma bela apresentação, a escola da Lagoa da Conceição será novamente a campeã do Carnaval de Florianópolis.

Quero dar um abraço ao Valmir Braz, nosso presidente, conhecido como Neno, que faz um bom trabalho com toda a sua diretoria, desejar sucesso

à escola e que se repita por muitos anos essa vitória da Lagoa da Conceição.

O mais importante para aqueles que moram em Florianópolis, deputado Manoel Mota, é que quando se falava em Carnaval há alguns anos a primeira coisa que vinha na memória de quem pensava em Carnaval, da imprensa que discutia Carnaval, dos políticos, do prefeito, da Câmara Municipal, eram os morros da cidade. Os carnavais sugeriram nos morros de Florianópolis, Unidos do Morro do Céu, no Copa Lord, depois na Coloninha, que também era uma região de pessoas mais pobres, localizada na parte continental. Eram comunidades relativamente mais pobres, com problemas de convivência, de dificuldades. Depois surgiu a Consulado, que foi a primeira escola fora desse contexto dos morros de Florianópolis, pois era uma escola bancada pela estrutura da Eletrosul. Foi uma escola que naquele momento teve um papel fundamental, que não foi o que aconteceu agora, mas que deu uma contribuição importante para o Carnaval de Florianópolis.

O interior da ilha de Santa Catarina, os manezinhos, não eram muito chegados à escola de samba. Quem diria que os manés da Lagoa se juntariam com os manés do Rio Tavares, do Campeche, da Barra da Lagoa, da Costa da Lagoa e, por incrível que pareça, a uma parte dos Ingleses, do Rio Vermelho. Quando vamos a um ensaio no centrinho da Lagoa da Conceição, vemos os manés e as pessoas que escolheram a ilha para morar, que frequentam a ilha. Antigamente, havia um vazio, um vácuo nessa região, pela falta de uma organização carnavalesca. Mas os Unidos da Ilha vieram substituir esse vazio, e a escola foi campeã.

Por isso, sr. presidente, quero aqui aproveitar a oportunidade para cumprimentar a nossa escola da Lagoa da Conceição, sua diretoria e todos que participaram do Carnaval; a Coloninha, que foi a segunda colocada e que também fez um belo desfile, não sei quais os deputados que tiveram a oportunidade de presenciar pessoalmente o desfile da escola de samba, mas foi um belo desfile; depois foi a Copa Lord em terceiro e, por último, em quarto lugar, a Consulado do Samba.

Quero cumprimentar também a prefeitura de Florianópolis, através do prefeito Dário Berger, do secretário Vinicius Lummertz, que na realidade inovou neste Carnaval, e está há poucos meses à frente da secretaria, mas com seu dinamismo, com sua participação efetiva, com seu trabalho, ajudou a fazer um belo Carnaval em Florianópolis.

Mas a Lagoa da Conceição não é somente Carnaval, lá há também problemas sérios. E há pouco conversei com o deputado Neodi Saretta, já falei isso nesta Casa, de que na quarta-feira iremos marcar a data para a realização de uma audiência pública, a fim de discutirmos problemas sérios, problemas estruturais, principalmente de saneamento básico, de drenagem de água pluvial, de segurança, de má ocupação do solo, problemas que envolvem uma das belezas naturais mais importantes de Santa Catarina, que é a Lagoa da Conceição. E o pessoal da escola de samba também será convidado, porque a escola envolve a comunidade. Também teremos a participação da Amola, Associação dos Moradores da Lagoa da Conceição, do Ministério Público, da prefeitura de Florianópolis, do Ipuf, da Fatma, de todas as entidades.

Tenho certeza de que com a boa administração do nosso presidente, deputado Neodi Saretta, haveremos de fazer uma grande audiência pública, para fazermos uma radiografia dos problemas que afetam a Lagoa da Conceição, envolvendo todas as autoridades, a fim de buscarmos soluções para que a Lagoa da Conceição continue a ser não somente campeã do Carnaval, como campeã da nossa natureza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o deputado Manoel Mota, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o Parlamento catarinense dá uma demonstração de responsabilidade quando os parlamentares de toda a região estão aqui marcando presença no seu trabalho, pois esse é o nosso compromisso, depois

de uma festa de Carnaval, que já passou. Mas hoje, quarta-feira, até as 12h, era praticamente feriado, mas os parlamentares se fizeram aqui presentes, nesta tarde. É preciso reconhecer o trabalho e a responsabilidade do nosso Parlamento, através dos nossos deputados.

Nós vivemos dias de festas de Carnaval no Brasil, pois essa festa mexe com o povo brasileiro. Nós acompanhamos muito os desfiles do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Florianópolis, ocasião em que vi o deputado Edison Andrino novamente feliz pelo fato de a escola de samba da sua região ter sido novamente campeã. Isso é motivo para ele estar orgulhoso.

Foi um Carnaval bonito, houve um reconhecimento, um investimento do governo do estado, da prefeitura, para que Florianópolis continue tendo um bom Carnaval, já que é uma festa que traz muitos turistas para a nossa cidade, pois vêm pessoas do mundo inteiro para o Carnaval do Brasil.

Passando esses momentos de festa, temos que pensar em trabalho, mas para que o nosso estado continue recebendo turistas não dá para dizer que estamos totalmente realizados quando sabemos que pessoas ficam três horas, quatro horas, cinco horas numa fila na BR-101, em Tubarão, apenas num lote, o que é uma vergonha! Eu tenho até vergonha de falar na BR-101, em razão do Lote 26 e do Lote 29. Pelo menos agora no Lote 29 a empresa está lá tocando com força, deputado José Milton Scheffer. Mas o Lote 26, de Tubarão a Laguna, é uma vergonha. Estão trabalhando com uma máquina, com duas ou três pessoas! É uma vergonha! É um deboche! É debochar do povo catarinense. E acho que não merecemos isso.

Então, vou pedir ao deputado Edson Bez de Oliveira, que representa o fórum, que traga aqui alguém do DNIT, em nível nacional. Eles já vieram a esta Casa e ficaram dando pinote de brabos, assumindo compromissos, dizendo que até o final do ano a BR estaria toda pronta, menos os gargalos. Mas chegou o mês de janeiro, o mês de fevereiro e

nada foi feito. Está um pouquinho diferente do que estava, mas está longe de uma conclusão.

E para ajudar a nossa região, querem fazer para a ponte, depois de dez anos licitada, um novo projeto de engenharia, não cumprindo o que a empresa já tinha feito, que foi a instalação de 900 funcionários em Laguna, em Cabeçuda. Aí a empresa teve que mandar todos os funcionários embora.

Havia ali umas balsas que foram retiradas, não existem mais. Mas vamos ter que pagar um preço por tudo isso?!

Então, teremos que fazer um novo projeto e colocá-lo para licitação. Quer dizer, vamos levar 20 anos para fazer uma obra. Não dá para acreditar!

Fizemos uma viagem extraordinária à Itália. Lá a obra é programada, sendo que o empresário que não se justifica é penalizado, é multado!

Na China, se ficar determinado que o prazo para a realização de uma obra é de dez meses, o prazo é cumprido! Agora, no Brasil não é assim. E lá, qual é o lucro? São 8%, 9%. Aqui o aditivo é de 20%. Então, uma obra levará 200 anos para ser concluída, para poder ir buscar aditivos.

Não dá para vivermos e convivermos numa situação dessas! É preciso, sim, tomar algumas medidas. É impossível que o dinheiro público possa render tanto dessa forma para fazer as obras que o povo espera.

A BR-470, já que vão licitar, vão duplicar quando as galinhas assobiarem diferente ou quando um cavalo criar aspas. O nosso dinheiro está sendo investido em buracos muito fundos. O Brasil precisa passar isso a limpo! Não dá mais para suportar essa situação!

Eu acho que precisamos, com os nossos míseros recursos, investir nas obras. Às vezes levamos um convênio para uma prefeitura e depois temos que ir lá parabenizar, porque é para asfaltar 1,5 Km e são asfaltados dois, até dois e meio, porque isso rende, porque a obra é feita rapidamente. Mas onde a obra demora o dinheiro não é suficiente.

Hoje, sabemos perfeitamente que o governo federal precisa reavaliar tudo isso. Uma obra tem que ter começo, meio e fim. Uma obra não pode ter aditivo a qualquer custo. Quer dizer, não atendem, não cumprem o compromisso e dê-lhe aditivo, dê-lhe 20%. Eu acho que está na hora de a sociedade cobrar, e ela tem como cobrar isso através dos deputados, porque representamos a sociedade catarinense. O Parlamento representa o povo de Santa Catarina. Por isso estamos aqui, com toda responsabilidade, para lutar, para trabalhar, para buscar resultado, porque é isso que o povo espera: resultados!

Nós estivemos, agora, na Itália, na China, num trabalho fantástico. A Cimolai é a segunda maior empresa do mundo que está aguardando Tubarão posicionar-se com um terreno para poder instalar lá uma fábrica que vai gerar empregos e um faturamento de um bilhão, que vai desenvolver toda a região.

Então, é preciso, sim, que a nova tecnologia venha de lá para cá. Quando olhamos para a China, ela nos espanta, mas quando chegamos lá, vemos tecnologia, organização e planejamento. Ela importou tecnologia e hoje está podendo emprestar para os outros. E nós temos que fazer o mesmo aqui no Brasil, ou seja, buscar tecnologia para poder avançar mais em defesa daquilo que o povo quer, que são obras, desenvolvimento, geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida.

É com esse espírito que, passado o Carnaval, vamos partir para o trabalho, eminente deputado Sargento Amauri Soares, pois o povo espera ações nossas aqui no Parlamento. E vamos trabalhar buscando resultados!

Por isso, quero agradecer, sr. presidente, e cumprimentar todos os parlamentares que se deslocaram de todos os lugares de Santa Catarina e estão aqui no Parlamento cumprindo a sua missão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero apenas avisar que vou me ausentar agora do plenário, porque irei participar, às 16h, no Centro Administrativo, de um ato em que o governador apresentará para a imprensa, e logo depois para a comunidade, o plano diretor com ações do governo do estado para prevenção e mitigação de desastres na bacia do rio Itajaí.

Esse é um assunto muito interessante, e o governo vai mostrar à população o que já está sendo feito. Ouvimos até agora o pessoal falar em Carnaval, mas eu estou fazendo essa referência para mostrar o que está sendo feito. E, com certeza, logo depois voltarei para cá para trazer as informações desse plano diretor que está sendo executado pelo governo do estado, junto com o pessoal do banco Jica, e até porque, na tribuna, alguns deputados estão cobrando as ações do governo.

Portanto, quero somente justificar a minha ida agora ao Centro Administrativo, sr. presidente!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, o deputado Ismael dos Santos já fez, hoje, desta tribuna, uma explanação a respeito do plano contra as cheias. E depois de tantos anos de sofrimento da sociedade catarinense, principalmente do vale do Itajaí, o governo do estado busca uma solução, busca um projeto e já está fazendo as primeiras licitações para as obras de contenção das águas, para resolver a questão das cheias que assolam quase que anualmente o nosso estado.

Portanto, temos que reconhecer que a forma de governar do governador Raimundo Colombo é com ações práticas, não ficando no discurso e não ficando com ações para a contenção somente depois do mal acontecido.

A Defesa Civil tem sido cada vez melhor equipada e preparada, mas não se tem pensado e agido para minimizar a questão das enchentes no estado de Santa Catarina.

Estão de parabéns o governador Raimundo Colombo, toda a estrutura governamental e os deputados que aqui formaram uma comissão de Defesa Civil, o que é muito importante.

Para o oeste catarinense, temos como prioridade minimizar os efeitos da estiagem. Todos estão acompanhando pela imprensa que a situação em que se encontra o oeste catarinense é de calamidade. Vejam que 96 municípios já declararam estado de emergência, mas a situação não é de emergência, ela é de calamidade, eis que já há falta de água para o próprio consumo humano.

Felizmente, a previsão meteorológica é de chuvas para os próximos dias, e esperamos que com isso a situação venha a ser minimizada. Mas mesmo sendo minimizada será muito importante o trabalho do governo, principalmente na questão da construção das cisternas e das barragens para o armazenamento de água no oeste catarinense.

Então, o governador Raimundo Colombo apresenta, hoje, em Florianópolis, o plano diretor contra as cheias; amanhã, às 15h30, irá apresentá-lo em Itajaí, já com a assinatura de atos referentes a esse projeto; amanhã, às 18h30, apresentará em Blumenau; e na sexta-feira pela manhã apresentará no município de Rio do Sul.

São ações importantes que estão sendo executadas pelo governo do estado, tomando a iniciativa, fazendo por conta própria, mas, claro, esperando a contrapartida e a participação efetiva do governo federal, o que é muito importante. Assim sendo, isso vem trazer um ânimo à nossa população, ao cidadão, que espera ações concretas.

O nosso estado tem sido conhecido pela possibilidade de recuperação rápida em

calamidades, mas não é isso o que queremos. O que queremos é ser reconhecidos por termos-nos preparado e evitado tantos danos e prejuízos que o estado vem sofrendo.

Queria reforçar aqui também as palavras do deputado Antônio Aguiar a respeito das ferrovias, ressaltando a importância de se investir no sistema ferroviário nacional. O que há no estado de Santa Catarina está quase totalmente sucateado e sendo usado somente na forma de turismo.

Mas o governo federal vem investindo nessa área e um dos grandes projetos é a Ferrovia Bioceânica, que irá sair do Porto de Itajaí, subirá a serra, passará por Joaçaba, Chapecó e sairá pela fronteira, com um projeto internacional, já que deverá ir até o Chile.

Então, é muito importante que o Brasil pense, projete, execute, não fique somente no discurso e tenha ações para que efetivamente tudo isso seja levado a efeito.

Também usou da tribuna, hoje, a nossa colega deputada Ana Paula Lima para falar a respeito das mudanças na Lei Maria da Penha. Acho importantíssimas essas mudanças, pois esse é um crime que terá que ser de ação penal até incondicionada, porque a maioria das vítimas, fragilizada, temerosa, acostumada com a situação de violência, depois acaba retirando o registro da ocorrência, não querendo o prosseguimento da ação. Mais de 80% dos processos-crimes referentes à violência doméstica, com base na Lei Maria da Penha, não têm a sua decisão final porque as vítimas desistem do prosseguimento da ação. É claro que, com o passar do tempo e com familiares e pessoas pressionando e buscando que haja um entendimento, achando que eles podem voltar a conviver, essas vítimas acabam retirando essas denúncias e os processos vão para o arquivamento.

A violência da Lei Maria da Penha é diferente. Muitas vezes, o agressor é um cidadão de bem, com uma vida pacata, um trabalhador, um bom amigo, mas que dentro de casa apresenta um comportamento totalmente diferenciado. É mais uma questão

psicológica do que criminal a ser estudada. E assim são outros crimes.

Eu trouxe aqui o jornal *Diário da Cidade*, de Balneário Camboriú, que mostra a foto de uma menina de dez anos, Kelly Kauane de Quadros Brito, que foi morta e estuprada naquele município. Foi uma violência inadmissível, mas a Polícia Civil agiu rápido e conseguiu identificar que foi um cidadão vizinho próximo que veio a praticar esse crime.

Temos também aqui o jornal *Correio Catarinense*, que traz a seguinte manchete: "Ex-professor dopa e abusa de menores".

Então, esses são tipos de crimes diferenciados, que se caracterizam pela violência, mas muito mais pela violência psicológica. Como tenho dito, e pelos meus anos de experiência na atividade policial, esses crimes têm que ser tratados de forma diferenciada. A violência da Lei Maria da Penha pode perdurar por muitos anos, porque verificamos casos de crianças que, na sua inocência, presenciaram atos de violência, ou atos sexuais na violência doméstica, e que depois, ao longo da vida, vieram apresentar algum tipo de distúrbio.

Assim, temos que agir com maior rigor. Esperamos que as mudanças adotadas na Lei Maria da Penha venham a melhorar o combate a esse tipo de crime, apesar de que os nossos legisladores federais têm andado na contramão do que a sociedade espera. É o caso agora da mudança da lei dos crimes de tráfico de drogas, uma vez que não estava sendo permitida a aplicação de alguns benefícios aos condenados por tráfico. E agora os legisladores federais querem definir os pequenos traficantes, como se existisse pequeno ou grande traficante. Quem pratica um homicídio, pratica um homicídio! Não existe um pequeno ou um grande homicídio! Quem pratica o tráfico, está matando pessoas e praticando um crime violento contra a sociedade! Assim, não existe pequeno ou grande traficante!

Então, todo traficante tem que ser penalizado, e penalizado com rigor.

Sr. deputados, para a nossa alegria, mais um projeto que chega a esta Casa Legislativa, e que foi encaminhado pelo sr. governador do estado, é com referência à alteração da lei da Polícia Civil e do IGP, com o adicional de permanência.

Para muitos policiais, quando chegam aos 30 anos de atividade profissional e ainda têm condições de prestar o serviço, a lei estabelece a permanência, mesmo tendo tempo de aposentadoria, e que a cada ano trabalhado, além dos 30 anos, ele tem direito a um adicional de 5% até ao máximo de cinco adicionais, ou seja, até 25%. E na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros eles levavam essa vantagem quando da aposentadoria, mas os profissionais da Polícia Civil e do IGP não levavam esse benefício para a aposentadoria. E hoje temos em mãos o projeto do governador Raimundo Colombo que corrige essa distorção, dando esse direito, tanto ao agente da Polícia Civil quanto do IGP, de levar essa vantagem para a aposentadoria.

Então, é uma correção que veio para esta Casa. O projeto já foi distribuído para as comissões e nós vamos acompanhar a sua tramitação.

Ainda existe o chamado adicional de equivalência, que é o policial civil, na sua aposentadoria, levar 25% de vantagem compensatória, em parte, com a perda dos adicionais de hora extra e de adicional noturno - e que os profissionais da segurança, com a aposentadoria, também perdem.

Mas esses são avanços importantes que temos verificado, com o governador Raimundo Colombo fazendo o melhor por Santa Catarina.

Então, vamos acompanhar mais esse projeto de lei de interesse da segurança pública.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, aproveito o horário do Partido dos Trabalhadores para trazer presente a temática que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil traz para o debate, que é a Campanha da Fraternidade deste ano que tem como tema Fraternidade e Saúde Pública.

Aliás, esse é um tema extremamente importante para a sociedade brasileira e, principalmente, para inúmeras lideranças, agentes, refletirem e fazerem esse debate com a nossa sociedade. É um tema extremamente oportuno, que se inspira exatamente no livro do *Eclesiástico* que reflete, principalmente no capítulo 38, que a saúde deve-se difundir por toda terra. Este é o lema trazido para a motivação do debate desse importante tema da Campanha da Fraternidade, que é sobre a saúde pública.

Acho que é importante, inicialmente, fazermos um resgate. Mas, antes desse resgate, é preciso colocar que, hoje, damos a abertura do tempo da Quaresma, com a quarta-feira de cinzas. E a igreja, hoje, no Brasil, faz, em todas as suas paróquias e dioceses, a abertura do tema - e lembrando que, na Quaresma, os domingos não são contados e que, além dos 40 dias, nós temos mais os domingos, o que dá em torno de 47 dias o período quaresmal -, fazendo menção a vários acontecimentos históricos, bíblicos, que, ao longo da história, aconteceram. Por exemplo, os 40 dias de dilúvio faz uma referência aos 40 dias da Quaresma; os 40 dias que Moisés e Elias ficaram na montanha; os 40 dias de deserto que Jesus vivenciou.

Enfim, é um período em que a pessoa se volta para dentro para refletir sobre a sua vida, sua caminhada e sua história relacionada com a realidade que a cerca para buscar uma vida nova.

Com relação à Campanha da Fraternidade, desde quando ela começou, em 1974, até os nossos dias de hoje, portanto, há quase 50 anos, vivenciamos a cada ano um tema diferente.

A história da Campanha da Fraternidade, basicamente, consolida-se em três grandes fases. A

primeira delas vai do início da temática proposta pela CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -, em 1964, e que se estendeu até a Campanha da Fraternidade de 1972, tratando especificamente das questões voltadas para a igreja como instituição, das paróquias e, ao mesmo tempo, do povo de Deus. Tratamos essa primeira fase como a renovação interna da Igreja.

Passando essa primeira fase, entramos na segunda, que trata dos temas das campanhas, que vai de 1973 a 1984. E aqui, sim, então a igreja preocupa-se com a realidade do povo, assumindo a postura profética de denúncia e anúncio. E aqui podemos lembrar em 1962 o Concílio do Vaticano II, que basicamente dez anos depois é que começa a ter ações mais palpáveis, mais concretas, em que a igreja volta-se para essa realidade social, denunciando o pecado social e, ao mesmo tempo, anunciando a justiça social dentro da sociedade que vivemos.

Depois vem a terceira fase e última, que vai de 1985 até os dias atuais, quando a igreja volta-se para as situações existenciais do povo de Deus, como, por exemplo, a temática da Campanha da Fraternidade do ano que traz a questão da saúde pública. Trata-se de uma temática existencial, real, que suscita ações concretas por parte de todos os setores públicos, desde os municípios até a união, bem como o comprometimento de cada cidadão e cidadã para com o seu papel, a sua função, para que todos sejam interlocutores e contribuam para que a saúde pública seja cada vez melhor.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Caro companheiro, deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. aborda um tema aqui dos mais importantes, exatamente neste dia do lançamento da Campanha da Fraternidade. E com muita propriedade, dá-nos uma verdadeira aula sobre o tema. Eu havia, inclusive, rascunhado alguns tópicos que manifestaria sobre

essa Campanha da Fraternidade lançada hoje pela CNBB, julgando-os necessários, mas também gostaria de fazer coro à sua fala.

Quero apenas ressaltar que o tema deste ano, Fraternidade - Saúde Pública, é um grande momento para nós brasileiros fazermos um amplo debate sobre o SUS no Brasil, sobre a saúde pública como um todo e as suas formas de fortalecer ainda mais para que ela efetivamente possa vir ao encontro daquilo que é o grande anseio da sociedade brasileira, com a participação popular nos destinos e nas decisões da saúde através dos conselhos municipais de saúde.

Penso que esse tema abrangente vai oportunizar a todos um grande debate. Parabéns a v.exa. por trazer não apenas esse tema, mas essa forma contundente, esclarecedora, inclusive, contando aqui a história da Campanha da Fraternidade. Parabéns também à CNBB por ter escolhido esse tema para este ano.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta, v.exa. traz presente a questão do envolvimento dos nossos cidadãos e cidadãs, apontando um dos caminhos, que seriam os conselhos municipais de saúde que, aliás, é um espaço privilegiado para acompanhar realmente como a saúde anda nos municípios e, da mesma forma, no estado.

É oportuno que a saúde pública possa ter o envolvimento e a participação de toda a nossa sociedade. Sabemos que houve melhorias no Sistema Único de Saúde desde o início da sua implantação, mas sabemos também que há muito que fazer, porque muitas vezes o setor econômico continua a predominar e por isso precisamos avançar nesse sentido. Mas teremos outras oportunidades para fazer esses debates e trazer presente essas reflexões.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados e sras. Deputadas. O assunto que me traz à tribuna no dia de hoje é uma matéria que já foi destacada no jornal *Diário Catarinense*, no caderno de Economia, no dia 16 de fevereiro, e que tem como título: "Oitava vez em dez anos que Santa Catarina cresceu menos do que a média nacional em 2011". Ou seja, a expansão do PIB catarinense foi de 2%, enquanto que a brasileira chegou a 2,7%, aponta a projeção do Itaú Unibanco.

O que nos chama atenção nessa matéria é que Santa Catarina sempre foi um estado exportador, sempre teve um superávit muito bom, ou seja, exportava muito mais do que importava, por vários fatores, entre eles a nossa economia diversificada de manufaturados, que tem grande destaque, deputado Manoel Mota, porque o produto manufaturado agrega valor, impostos, gera mais emprego e alavanca a economia com distribuição de renda, de modo que o efeito é a socialização, a oportunidade às pessoas.

Há muitos analistas e muitos economistas, cada um com a sua opinião, fazendo a sua analogia a respeito desse quadro catarinense, mas penso que nos últimos anos tivemos uma política de incentivo, levando em consideração que Santa Catarina tem cinco portos, o que atrai investidores para o estado com o objetivo de importar. E por outro lado, Santa Catarina enfrenta a competitividade internacional, que é um dos grandes gargalos do Brasil, porque nos últimos anos há ênfase na exportação em *commodities*, principalmente agrícolas, agropecuárias, minérios de ferro, entre outros.

Santa Catarina, como disse, é um estado que trabalha na grande maioria com produtos manufaturados. Obviamente que esta crise internacional afetou o nosso estado. Estranhamente o estado do Paraná não teve esse problema, entre outros estados que têm suas economias mais em *commodities* ou produtos, como é o caso do minério.

A minha leitura sobre esse quadro todo do crescimento menor do que a média do Brasil, deve-se, entre outros fatores, ao problema que temos, em primeiro lugar, com o alto Custo Brasil, ou seja, com a elevada carga de impostos para exportar produtos manufaturados, competindo com outros países.

Temos o exemplo da área têxtil, que vem passando há alguns anos uma dificuldade enorme, assim como o setor madeireiro, moveleiro, deputado José Milton Scheffer, que exporta quase nada, pouquíssimo. Então, temos uma elevada carga tributária, um alto Custo Brasil, em função das nossas rodovias serem precárias e poucas, sendo que as existentes estão estranguladas, danificadas, não possuímos ferrovias, e o sistema de aeroportos está completamente superlotado, congestionado.

Ainda bem que a nossa presidenta começou a fazer a concessão. Isso vai dar celeridade pelo menos a esse estrangulamento no sistema aeroviário, porque é um exagero a quantidade de funcionários nas empresas para cuidar extremamente da questão fiscal e da própria legislação.

E nós, em Santa Catarina, passamos por essa dificuldade em ter melhores condições de competir e de exportar, sendo que já fomos, como disse, grandes exportadores de muitos produtos catarinenses, mas hoje estamos com essa grande dificuldade de competir no mercado internacional pela falta de condição, tendo em vista o alto Custo Brasil. E vale à pena refletir sobre esse assunto que é extremamente relevante para o estado de Santa Catarina, essa adoção de medidas, tanto no âmbito estadual quanto federal, que penso é onde se pode adotar políticas públicas reduzindo o Custo Brasil, dando celeridade à infraestrutura em nosso país, para nos tornarmos mais competitivo. Dessa forma, Santa Catarina voltará a ser um estado exportador e dará oportunidade tanto aos empreendedores e colaboradores dessas empresas quanto à sociedade como um todo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Apenas gostaria de cumprimentar o nosso líder, deputado Silvio Dreveck, pelo pronunciamento, pela preocupação com esse assunto e também registrar aqui, nesta Casa, a presença, em meu nome e do deputado Valmir Comin, do vereador Pedro Paulo Bittencourt e do ex-vereador Valmir Rodrigues, vice-presidente do Partido Progressista de Passos de Torres, lá do extremo sul de Santa Catarina, porta de entrada de nosso estado. Agradecemos pelo prestígio e pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Não há deputados do PCdoB que queiram fazer uso da palavra.

Entraremos às 16h na Ordem do Dia. Atendendo ao que foi preconizado pelas lideranças partidárias desta Casa, vamos suspender a sessão por até três minutos e, em seguida, daremos sequência aos trabalhos.

Está suspensa a sessão por até três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0051/2010, de autoria do deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública Associação de Parkinson Tocando em Frente, de Araranguá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0449/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, que declara de utilidade pública a Ação Social e Cidadã, do município de Gaspar.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0453/2011, de autoria do deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública a entidade Consórcio Intermunicipal de Saúde, da Amesc de Araranguá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0485/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que declara de utilidade pública o Instituto Cassuli de Pesquisa e Estudos Avançados de Negócios Empresariais, de Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0508/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que declara de utilidade pública a ONG entre os Amigos e Crianças, com sede no município de São Lourenço do Oeste.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0520/2011, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública a Biblioteca Comunitária Bem Viver, do Bairro das Nações, de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0532/2011, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que declara de utilidade pública a União de Associações Comunitárias de Içara, com sede no município de Içara.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0537/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Shalom, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0557/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Hacchi Ong - Proteção Animal de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0082/2012, 0083/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0084/2012, 0085/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0086/2012, 0087/2012, 0088/2012, 0089/2012, 0090/2012, 0091/2012, de autoria do deputado Edison Andrino.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras e srs. deputados, amigos da querida Rádio Alesc Digital e da TVAL, assomo à tribuna, nesta tarde de quarta-feira, amigo deputado Manoel Mota, primeiramente para enaltecer o brilhante Carnaval que aconteceu na capital do estado. Também tive a oportunidade de comparecer ao Carnaval de Laguna. Enfim, por todo o estado de Santa Catarina, em várias regiões, tivemos um carnaval muito forte.

Quero aproveitar a oportunidade para saudar a presidente de meu partido, em Passo de Torres, a sra. Neuza Zangelini, o vereador Pedro Paulo e o ex-vereador Valmir, vice-presidente do partido. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Sr. presidente, tive a oportunidade de participar, na semana próxima passada, de uma audiência com o sr. governador do estado de Santa Catarina, sr. Raimundo Colombo, para a apresentação do projeto de uma usina de biogás em São Maurício, no município de Braço do Norte, a 5km de Rio Fortuna, parceria em que estão empresas empreendedoras como a TLL Energia, a Biogastec, usina de biogás, a Engemab - Serviços de Engenharia e Meio Ambiente Ltda -, a Excelência - Engenharia e Sócio Ambiente e, com a aquiescência e parceira para a distribuição do gás, a SCGás.

Trata-se de um projeto revolucionário, com uma tecnologia dominada há mais de 20 anos pela Alemanha. E no ano passado foram licenciadas em média 2,5 usinas por dia naquele país, sendo que esse vai ser o projeto primeiro, o projeto piloto das Américas, da América do Sul e da América do Norte. Um projeto que tem três alcances distintos

e comuns: o meio ambiente, social e econômico, com a geração de gás a partir de dejetos da suinocultura.

O estado de Santa Catarina, hoje, pelos dados da própria Cidasc, detém um *know-how* de aproximadamente dez milhões de suínos, sendo que cada um produz em média sete litros de dejetos por dia, ou seja, são 70 milhões de litros de dejetos suínos que são despejados na agricultura catarinense. Sabe-se que o solo absorve até certo limite e que o resto acaba contaminando o lençol freático, causando sério transtorno e sério problema ambiental. E o produtor rural está com dificuldades de custo para dar um destino adequado a esses dejetos.

Essa usina será instalada na comunidade de São Maurício e num raio de aproximadamente 16km vai ser economicamente viável. Já existe um estudo para a implantação de cinco usinas, gerando cada uma delas 2,4 megawatts de energia, transformada em gás, que será produzida nessa usina de Braço do Norte, e a SCGás vai trazer por meio de caminhão, jogando no *city gate* do município de Tubarão e distribuindo para a rede do estado de Santa Catarina.

É um projeto que vem contemplar a suinocultura num momento que nos enaltece, porque, a exemplo da carne livre de aftosa sem vacinação, agora vamos ter a oportunidade de produzir a carne suína com selo verde, de forma ambientalmente correta, que é uma exigência do mercado internacional cada vez mais presente.

Agora, com a nova demanda para os Estados Unidos da América e também com a sinalização do Japão para a compra da carne suína, sendo que para os chineses já foram encaminhados oito *containers* como medida de teste. Com certeza, isso vai gerar nos próximos quatro anos o aumento da demanda de carne suína em aproximadamente 60%, no estado de Santa Catarina.

Evidentemente, que há uma preocupação, uma cobrança por parte dos organismos ambientais e do próprio Ministério Público em fazer a cobrança e o cumprimento da legislação, e o nosso agricultor

vai precisar dar um destino adequado aos dejetos. Sendo que, na transformação desse gás, um percentual de aproximadamente 10% vai retornar à propriedade em forma de troca, de compensação à produção, através de um fertilizante concentrado, peletizado e sem odor.

Realmente é um produto e um projeto revolucionário, com investimento e capital nacional, com a parceria dos alemães. E o governador do estado ficou extremamente sensibilizado e empolgado com a apresentação desse projeto, que já tem inclusive estudos de viabilidade econômica e técnica e também a licença ambiental. E, com certeza, multiplicar-se-á perante o oeste de Santa Catarina e por todo o estado catarinense.

Dos aproximadamente dez milhões de suínos que são hoje produzidos no estado, 9% estão concentrados no município de Braço do Norte, ou seja, 9% dos 100% da carne suína produzida em Santa Catarina estão em Braço do Norte.

Esse projeto, além de queimar, de gerar o gás a partir dos dejetos da suinocultura, pode também ser implementado através da cama aviária, a produção de dejetos de frango chamada maravalha.

Além disso, o lixo industrial poderá ser utilizado no processo de queima, na geração de gás. Assim, dar-se-á um destino adequado a esse lixo, ou seja, com essa transformação proporcionar-se-á condição para fazer do lixo um luxo.

Por isso, entendo ser um projeto com tecnologia de última geração, de ponta, já dominada, pois, no ano passado, a média de licenciamentos na Alemanha foi de 2,5 usinas por dia. Então, esse será o projeto piloto, pioneiro, com a aquiescência do sr. governador do estado.

Fizemos a apresentação do projeto para a diretoria do Badesc, também para a diretoria do BRDE, que já busca encaminhamentos junto ao BNDS, na linha e vertente ambiental para o destino adequado aos dejetos suínos e à cama viária.

Sr. presidente, srs. deputados, espero ver a compreensão da sociedade catarinense, do

Ministério Público, da Fatma, do próprio Ibama, das instituições ambientais do estado e da nação e dos bancos de fomentos. Também quero destacar a participação efetiva do deputado Joares Ponticelli, que juntamente com esse deputado participou dessa apresentação nos três momentos. E esperamos que se coloque em prática essa atividade, que se faça o efeito multiplicador pela demanda necessitada no estado de Santa Catarina, dando condições de fixar realmente o homem no campo, possibilitando a condição de agregação de valor à sua propriedade rural e dando um destino adequado aos dejetos suínos e de frango.

Era o que tinha a colocar, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Maurício Eskudlark, que já utilizou o horário destinado aos Partidos Políticos e agora declina da palavra.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Maurício Eskudlark, com o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros deputados, servidoras e servidores deste Poder Legislativo, público que nos acompanha pela TVAL, ainda em canal fechado, infelizmente, deputado Dirceu Dresch. Quando tivermos sinal aberto para a população certamente teremos mais pessoas acompanhando o trabalho do Poder Legislativo e teremos, portanto, também mais controle social com relação a este Poder.

Quero repercutir aqui um pouco a decisão do Supremo, que definiu, por fim, que a lei da ficha limpa valerá para a eleição deste ano, de 2012. Aliás, na nossa avaliação e para os nossos

critérios, ela já tinha validade na eleição de 2010 e depois essa compreensão foi desfeita e refeita agora, por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Gostaria de repercutir também a avaliação de que talvez a população esteja colocando muita expectativa com relação à Lei da Ficha Limpa. Nós achamos que é mais uma ferramenta que não deixa de ter a sua importância, no entanto, ela é bastante relativa porque os poderes, vamos dizer dessa forma, comunicam-se.

Dentro do nosso ponto de vista, não acreditamos na neutralidade do ser humano, portanto, não acreditamos na neutralidade de nenhum dos poderes constituídos no estado brasileiro ou em qualquer estado que se possa construir. De qualquer forma, uma notícia e um acompanhamento a população vai ter para a eleição de 2012 nessa questão da ficha limpa, que deve prevalecer para todos os candidatos à prefeitura e a vereador já na eleição deste ano. E no estado de Santa Catarina vale para a ocupação em cargos públicos por indicação política também no Poder Executivo.

O deputado Edison Andrino falou aqui do Carnaval, aliás, foi o único deputado que falou sobre isso, porque parece que se alguém fala do Carnaval todo mundo só está falando sobre esse assunto. Mas o deputado Edison Andrino, e prestei bastante atenção na sessão de hoje, foi o único deputado que falou sobre o Carnaval. Ele registrou o trabalho importante realizado pela Polícia Militar no Carnaval de Florianópolis, neste ano de 2012, o maior de outros anos. E creio que foi também em outras cidades de Santa Catarina, porque o clima ajudou e porque houve mais organização.

A Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e outros órgãos públicos, como os trabalhadores da Saúde, trabalharam muito no Carnaval de Santa Catarina e, como um todo, na Grande Florianópolis, de forma especial.

O deputado Edison Andrino registrou um nível menor de violência no Carnaval deste ano na Grande Florianópolis. Isso é verdade! E podemos, desde

já, avaliar que a segurança pública em nosso estado começou a melhorar justamente neste verão, com as medidas positivas que se conseguiu em negociações com o governo do estado.

Um novo clima reina no interior das corporações militares. Desde o último dia nove, aqueles que estavam excluídos em virtude do movimento de 2008 foram reintegrados, e isso também ajuda no clima de otimismo dos servidores da Segurança Pública.

Trabalhar no Carnaval cansa na função de policial militar ou de bombeiro militar, assim como cansa em qualquer período. Mas no Carnaval, como é um período de festas, as escalas são inclusive mais apertadas e há mais serviço.

Não há como não parabenizarmos por esse clima novo existente dentro das corporações, nos comandos da Polícia Militar, o coronel Nazareno Marcineiro; no Corpo de Bombeiros, o coronel José Luiz Masnik; aqui no quarto batalhão - talvez o fato novo que mais contribuiu para essa situação foi o comando desse batalhão -, o tenente-coronel Araújo Gomes, que tem uma nova filosofia. Não tenho falado com ele, mas tem uma filosofia de segurança pública diferente dos períodos anteriores no batalhão, no centro da capital.

Quero parabenizar todas as pessoas que participaram de forma civilizada, alegre e construtiva do Carnaval de nosso estado. Quero registrar também o Carnaval importante de Santa Catarina na cidade de Joaçaba, onde se sagrou campeã a escola também nova Vale Samba e a vice-campeã foi a Aliança. No meio-oeste do estado há um Carnaval forte na cidade de Joaçaba, para quebrar, portanto, alguns tabus de que Carnaval é coisa apenas do litoral ou de cidades habitadas por afrodescendentes.

Na cidade de Laguna, a Escola Democratas ganhou também, pela segunda vez, sagrando-se bicampeã deste Carnaval, assim como a Vale Samba, de Joaçaba.

Em Florianópolis, que já foi considerada, em décadas passadas, a cidade com o segundo melhor Carnaval do Brasil, está voltando a crescer. O

Carnaval de rua, este ano, diferente de alguns anos atrás, em que o centro ficava abandonado, foi grande em 2012. Eu vi uma foto no jornal de circulação estadual *Diário Catarinense* e imaginei que fosse na Bahia. A impressão era de uma foto da orla ou do Pelourinho, na cidade de Salvador, na Bahia. No entanto, era uma foto do centro histórico de Florianópolis, que estava superlotado de pessoas. Fala-se até em mais de 100 mil pessoas que circularam pelo Carnaval do centro da nossa cidade. E tudo com paz e harmonia, como já foi ressaltado, dando relevância ao trabalho realizado pelas organizações e instituições de segurança do estado de Santa Catarina, extensivo justamente à Polícia Militar.

Quero parabenizar todos os participantes das escolas de samba de Florianópolis, os integrantes das comunidades das escolas Consulado do Samba, Protegidos da Princesa, Embaixada Copa Lord, Unidos da Coloninha, que ficou em segundo lugar novamente, e União da Ilha da Magia, escola mais nova, com quatro de anos de desfile como escola de samba, no grupo especial, que foi bicampeã em Florianópolis. A União da Ilha da Magia, no ano passado, foi campeã pela primeira vez fazendo uma homenagem à revolução cubana, ocasião em que tivemos a oportunidade de participar de todo aquele processo, inclusive do desfile este ano. Mas este ano ela foi campeã cantando *una bella história* homenageando a imigração italiana no estado de Santa Catarina e toda a importância da história dos italianos para a cultura universal e para o conjunto da humanidade.

Quero parabenizar, da mesma forma, Valmir Braz da Silva, deputado Dirceu Dresch, que é sindicalista, presidente da União da Ilha da Magia, bicampeã do Carnaval de Florianópolis, que é coordenador-geral do Sindicato dos Previdenciários do Estado de Santa Catarina.

Então, essa nova geração ressaltada aqui pelo deputado Edison Andrino, os meninos da Lagoa da Conceição, tem à frente desse processo um sindicalista, um companheiro dos mais destacados de nosso estado, que a partir de agora se debruça

nas questões do sindicato, evidentemente sem perder a atenção para o Carnaval de 2013.

Então, quero parabenizar o Valmir Braz da Silva, o Perna, toda a diretoria da União da Ilha da Magia, a comunidade, as pessoas que participam de forma desinteressada do Carnaval e que o organizam como uma coisa séria, uma coisa importante, a maior festa cultural do povo brasileiro e talvez a maior festa popular do mundo. E Carnaval se faz com organização, com trabalho e com seriedade.

Para finalizar, quero dizer que o Carnaval, as escolas, seus poetas, seus artífices, seus artistas, continuam dando um banho nas empreiteiras. Quero repetir aqui uma brincadeira, uma provocação que fiz no ano passado: o dia em que nós brasileiros fizemos estradas, pontes, metrô, viadutos e política tão bem quanto fazemos Carnaval, com certeza o Brasil irá muito melhor do que tem ido. O deputado Manoel Mota falou aqui dos rolos da BR-101, que é de fato uma coisa horrorosa, e uma escola de samba resolveria aquilo muito rapidamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori.

(Pausa)

Na ausência do deputado Reno Caramori, com a palavra o último orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero, nesta tarde, render a minha homenagem à família Bernardes, de Iraceminha, pelo falecimento de um grande líder daquele município, daquela região de Maravilha. Foi líder do nosso partido, vice-prefeito durante três mandatos, professor, agricultor, um lutador de fato, que faleceu no último sábado, de madrugada. Ele sofreu um acidente de carro na última sexta-feira à tarde quando estava saindo da sala de aula, retornando de carro para a sua propriedade no interior de Iraceminha, na BR-282, vindo a falecer depois.

Assim sendo, queremos deixar registrados nossos sentimentos à família Bernardes pela perda do seu único filho homem. Além de professor, era líder do município e cuidava de seus pais na propriedade como agricultor, produtor de suínos, de leite e de outras atividades.

O número de pessoas que compareceram ao velório no último sábado demonstrou o respeito e o valor dessa liderança que, infelizmente, não resistiu aos ferimentos no acidente na BR-282, vindo a falecer. Mas certamente este ano ele estaria novamente presente na campanha política.

Então, a nossa homenagem, os nossos sentimentos a esse grande líder Carlos Bernardes, falecido no último sábado de madrugada, no município de Iraceminha.

Queremos também aqui desejar pronta recuperação ao nosso escritor catarinense Salim Miguel, que sofreu um acidente doméstico e está hospitalizado, em recuperação. Esperamos que logo saia do hospital para continuar o seu trabalho, a sua rotina. O nosso grande amigo Salim Miguel contribuiu muito no trabalho dos anistiados da ditadura militar e de outros temas que está tratando em Santa Catarina.

Mas assomei à tribuna, deputado Nilson Gonçalves, que neste momento está presidindo a sessão, para trazer um tema relacionado à região norte do estado, que é o problema dos abandonados pela Marfrig, de Jaraguá do Sul. São quase 200 agricultores familiares que fizeram investimentos em suas propriedades para produzir frangos. São 860 funcionários, trabalhadores, colaboradores, deputado Sargento Amauri Soares, que perderam seus empregos em Jaraguá do Sul. Setenta por cento são pessoas da região, de São Bento do Sul e de outros municípios, que estavam trabalhando nessa empresa.

O sistema agroindustrial catarinense, brasileiro, tem trazido investimentos importantes e estamos nos tornando liderança em várias áreas de produção, inclusive na avicultura do nosso estado. Mas daqui a pouco teremos um sério problema. E quem sofre mais com essas mudanças, com essas incorporações, com esses megaprojetos da

incorporação da Sadia, por exemplo, com a Perdigão, da Seara pela Marfrig, são os trabalhadores. A própria Câmara dos Deputados já discutiu esse tema em 2009. E o que será dos agricultores e dos trabalhadores?

Esse é mais um exemplo, como foi o da época da crise da Chapecó Alimentos, quando também os agricultores, principalmente os trabalhadores, pagaram essa conta. E temos aqui mais uma situação complicadíssima: mais de 30 famílias, em Jaraguá do Sul, em Apiúna, em torno 35 famílias, e em outros municípios, simplesmente de uma hora para outra receberam a notícia da empresa de que teriam que sair dali, que a empresa iria fechar e que teriam de se virar. Claro que foram pagos aos trabalhadores os seus direitos, temos que fazer justiça, mas avisar de uma hora para outra que perderam o seu emprego gera para um pai e para uma mãe de família uma situação caótica.

A segunda questão são os agricultores. Foram exigidos investimentos para melhorar a produção, melhorar o aviário. Os agricultores investiram até R\$ 300 mil num aviário. E agora, em vez de seis lotes, serão apenas quatro lotes por ano, sendo que o agricultor está com essa dívida. E com apenas esses quatro lotes jamais conseguirá pagar a dívida. E ainda vão levar o produto, o frango, para o Paraná. Quem vai pagar essa conta, esse custo de transporte? Nem se sabe para qual cidade do Paraná vão levar essa produção. E quem vai pagar essa conta, essa distância toda?

Então, os agricultores dos municípios de Apiúna, de Jaraguá do Sul, de Pomerode, de Massaranduba, de Guaramirim e de São João do Itaperiú é que estavam integrados à empresa Marfrig que, de uma hora para outra, fechou a indústria de Jaraguá do Sul, deixando todo esse grande número de trabalhadores numa situação extremamente preocupante.

Vamos encaminhar, a partir de amanhã, que seja feita uma reunião na região ou convidar todos os interessados para vir aqui acompanhar um debate ou uma audiência pública sobre esse tema, porque temos a responsabilidade de acompanhar esse

problema sério com esses trabalhadores, esses agricultores, essas pessoas de responsabilidade que tiveram esse impasse, essa situação criada por uma empresa do nosso país.

Por isso, sr. presidente, exigimos o cumprimento dos contratos. E, segundo o contrato, são seis lotes por ano que a empresa garante a compra, a assistência técnica. Então, isso está sendo cobrado, inclusive, pelas organizações e pelas entidades.

Era isso que queria registrar hoje, nesta tribuna, ou seja, que de fato a empresa Marfrig respeite esses trabalhadores, esses agricultores que estão numa situação preocupante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, gostaria de agradecer aos funcionários da TVAL que acompanham os trabalhos aqui; ao pessoal da Polícia Militar, que deu a devida segurança a esta Casa trabalhando aqui; aos servidores que trabalham no plenário; às taquígrafas; ao pessoal que deu o devido respaldo à Mesa Diretora para os trabalhos serem desenvolvidos a contento; ao pessoal da imprensa; e aos demais servidores públicos. A todos, o nosso muito obrigado!

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerada a presente sessão.